

OFÍCIO Nº 101/2023/MESQUITAPREV

Mesquita, 24 de junho de 2023.

ASSUNTO: RESPOSTA OFÍCIO PRS/SSE/CGC 15313/2023
REF. AO PROCESSO: TCE/RJ Nº 221.506-9/21
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

Exmo Conselheira,

Em atendimento ao ofício PRS/SSE/CGC 5696/2022, no qual este Instituto de Previdência, na pessoa de seu Gestor, foi comunicada dos termos da Decisão Monocrática proferida pela Relatora Conselheira Substituta Andrea Siqueira Martins, nos autos do Processo TCE/RJ 221.506-9/2021, em 02/06/2023, vem, TEMPESTIVAMENTE, encaminhar os esclarecimentos e documentos solicitados no Ofício supracitado, que passa a expor.

2) Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua categoria profissional e sua inscrição no CRC;

RESPOSTA: Compulsando os autos, verifiquei que o Certificado de Auditoria solicitado já consta nos autos quando do envio das respectivas Contas enviada ao TCE/RJ. A fim de documentar que a solicitação devidamente atendida segue uma cópia do Certificado em anexo.

3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial

RESPOSTA: Segue Estudo Atuarial anexo.

4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

Ao assumir a gestão do Mesquitaprev, em 2021, a atual diretora se deparou com o desafio decorrentes de pos pandemia e pos determinação da EC

nº 103/19 ainda não implementada no Município de Mesquita, somada à inúmeras inconsistências decorrentes de PCA junto ao TCE-RJ.

Foram regularizados os DAIR, DPIN, Matriz de Saldo Contábil, DRAA, todos estavam em atraso. Igualmente em relação a base de dados cadastrais que implicam em inúmeras incosistências nos registros contábeis. Para tanto, a atual gestão providenciou o recadastramento de ativos e prova de vida de inativos, em atraso no município.

Foram implementadas as normas de aplicabilidade obrigatória decorrentes da EC nº 103/2019 e aberto processos saneadores quanto a pendências junto à Egrégia Corte referente a Exercícios anteriores, como forma também de atender ao **item 06**. Ressalto que este trabalho tem sido priorizado pela signatária, todavia demanda tempo e envolve outras secretarias.

Para corroborar com a prioridade acima citada, a PCA/2018 foi aprovada, agora, em 2023, após a atual gestora providenciar o envio de documentos e informações solicitadas pelo TCE-RJ.

Esclarecimentos:

5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão** a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**.

Resposta: A atual gestão providenciou, o que assumiu abertura de Processo Administrativo, conforme documento anexo, que detalhadamente descreve o patrimônio, almoxarifado e respectiva precificação para este fim, com guarda e emissão de relatórios de inventário, onde este é realizado anualmente.

7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;

Resposta: É importante evidenciar que o Saldo Patrimonial do citado Demonstrativo Contábil, guarda paridade entre os Exercícios Financeiros de

2020 e 2019. Para comprovar esta afirmação, serão anexados ao presente ofício os Demonstrativos de 2020 e 2019, demonstrando a paridade entre seus saldos.

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E) = (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

Resposta:

Com relação à diferença apontada por esta Corte de Contas é oportuno evidenciar que, após análise no Quadro Anexo ao Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, onde este detalha os Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, identificamos um erro na sua estrutura, com relação ao Passivo Financeiro. Representado pelo montante de R\$ 1.908.292,32. Entretanto, olhando para o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2020, podemos identificar que o **Passivo Circulante remonta na quantia de R\$ 1.654.915,67** detalhando da seguinte forma:

- Pessoal a Pagar: R\$ 1.643.197,51;
- Encargos Sociais a Pagar: R\$ 6.241,35
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: R\$ 5.476,81

Passivo Circulante: R\$ 1.654.915,67

Somando o valor do Passivo Circulante (R\$ 1.654.915,67) com o valor dos Restos a Pagar Não Processados (R\$ 458.140,83) **chegamos ao valor de R\$ 2.113.056,50 que corresponde ao Passivo Financeiro do MesquitaPrev** no Exercício de 2020.

Fazendo uma rápida comparação com o valor **correto** do Passivo Financeiro (acima evidenciado) com o valor demonstrado no Anexo Balanço Patrimonial - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexado na Prestação de Contas da época, obtemos a exata diferença de R\$ 204.764,18 (R\$ 2.113.056,50 – R\$ 1.908.292,32) apontada na tabela 7.

Contatamos a empresa responsável pela licença de utilização do software de Contabilidade Pública para que esta faça a devida correção no Anexo do Balanço Patrimonial, a fim de evidenciar o valor correto do resultado patrimonial do Instituto.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

Esclareço que o termo “não aceito” decorre de DIPRs a serem retificados e, ainda não o foram em razão de recorrente inoperância do sistema operacional CADPREV. Fato este publicado pela própria Secretaria de Previdência. Para evitar prejuízo ao RPPS, evitar irregularidade e assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, as parcelas estão sendo devidamente pagas, conforme comprovam documentos anexos.

Quanto aos demais itens, esclareço que o contador e a Diretora Financeira e Administrativo deste RPPS foram comunicados para que providenciassem os modelos exigidos no item 01 em especial e demais informações solicitadas.

Ocorre que, considerando que este Instituto possui em seu quadro funcional apenas 05 servidores, o tempo concedido para resposta (15 dias) foi insuficiente para atender algumas informações, razão pela qual requer dilação do prazo para este fim.

Urge ressaltar que, a signatária do presente, desde o seu primeiro ano de gestão – 2021 - adotou diversas medidas para atendimento a todos os preceitos legais, buscando acuradamente atender a cada uma das determinações dessa egrégia corte de contas.

Cumpre ressaltar ainda que, algumas informações, por vezes, como no presente caso, depende de diversos setores/secretarias, tendo em vista que os mesmos podem tramitar pela administração direta, indireta.



Estado Do Rio De Janeiro
Prefeitura Municipal De Mesquita
MESQUITAPREV
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Mesquita

Todavia, apesar do grande esforço realizado pelos serventuários deste Município, comprometidos com a excelência no labor, com a prestação de serviços aos administrados e no cumprimento das exigências legais, poderá ocorrer em raras situações algum fato extraordinário que implique em alguma extemporaneidade inicial, mas nada que não poderá ser sanado sem maiores transtornos.

Esclareço, por fim, que o Gestor anterior Sr Leandro Machado, solicitou documentos e informações, tendo-lhe sido imediatamente entregues. Valendo-me informar que o mesmo solicitou a gentileza para que este RPPS enviasse à Egrégia Corte sua DEFESA, a qual segue anexo.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CÁTIA DA SILVA FERRAZ
DIRETORA PRESIDENTE
MAT 80/003

**A Sua Excelência o Senhor,
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ**